



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
5ª VARA CÍVEL
RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Físico nº: **0010223-85.2008.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento Ordinário - Assunto Principal do Processo << Nenhuma informação disponível >>**
 Requerente: **Antonio Albertino Rezende**
 Requerido: **Banco Safra Sa**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Vilson Palaro Júnior**

Vistos.

ANTONIO ALBERTINO REZENDE, qualificado(s) na inicial, ajuizou(aram) ação de Procedimento Ordinário em face de Banco Safra Sa, também qualificado, no qual constituído título executivo judicial, que condenou o banco réu ao pagamento de R\$ 800,00 com acréscimo de correção monetária pelo índice do INPC, a contar da data do respectivo desembolso, como ainda juros de mora de 1,0% ao mês, a contar da citação, e, ainda, ao pagamento de R\$ 6.296,70 com acréscimo de correção monetária pelo índice do INPC, a contar da data do apontamento do nome do autor no Serasa/SPC, e juros de mora de 1,0% ao mês, a contar da citação, com honorários fixados em 10% dos valores da condenação, dos quais o banco réu pagou voluntariamente R\$ 9.934,91, ficando, segundo liquidação apresentada pelo autor/credor, um saldo a pagar de R\$ 1.644,01, já com a multa de 10% do art. 475-J, do Código de Processo Civil.

Sobreveio exceção de pré-executividade oposta pelo banco/executado, na qual alegou nulidade de sua intimação para pagamento, porquanto tenha havido substabelecimento do mandado e pedido expresso de que as intimações fossem feitas em nome do Dr. *Nelson Paschoalotto*, o que não teria sido observado.

O credor/excepto respondeu sustentando que concorda com a diminuição do valor da multa de 10%, reclamando o pagamento do valor de R\$ 1.494,56.

É o relatório.

Decido.

A nulidade da intimação para pagamento levaria à não aplicação da multa de 10% prevista pelo art. 475-J do Código de Processo Civil, de modo que, com anuência expressa do credor/excepto em que referido valor seja diminuído do crédito remanescente liquidado, temos que verifica-se a hipótese de reconhecimento de procedência do pedido.

À vista do exposto, cumpre acolhida a exceção, apontando-se que, “*acolhida a exceção, mas não extinta a execução, descabe a condenação do exequente em honorários (STJ-3ª Turma, REsp. 442.156-SP, rel. Min. José Arnaldo)*” – in THEOTÔNIO NEGRÃO ¹.

Isto posto, ACOLHO a exceção de pré-executividade e, com base no art. 269, II, do Código de Processo Civil, anulo a intimação do banco/devedor/excipiente para a presente execução e em consequência determino seja repetido referido ato de intimação do Banco Safra Sa,

¹ THEOTÔNIO NEGRÃO, *Código de Processo Civil e legislação processual civil em vigor*, 36ª ed., 2004, SP, Saraiva, p. 136, nota 43 ao art. 20.

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****5ª VARA CÍVEL****RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

na pessoa de seu procurador, observando os substabelecimentos devidamente comunicados, dos quais deverá haver conferência das anotações, para pagar ao credor/excepto ANTONIO ALBERTINO REZENDE o valor da condenação, liquidada em R\$ 1.494,56 (*hum mil quatrocentos e noventa e quatro e cinquenta e seis centavos*) para o mês de julho de 2014, acrescida de correção monetária pelo índice do INPC e juros de mora de 1,0% ao mês, a contar de então, conforme conta apresentada nos autos, no prazo de quinze (15) dias, sob pena de que seja acrescida multa de dez por cento (10%) do valor da dívida.

P. R. I.

São Carlos, 17 de novembro de 2014.

VILSON PALARO JÚNIOR

Juiz de direito.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**